3 - Procedimentos e recursos metodológicos

Simone Monteiro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MONTEIRO, S. Procedimentos e recursos metodológicos. In: *Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, pp. 51-67. ISBN: 978-85-7541-521-4. Available from: doi: [10.7476/9788575415214](https://doi.org/10.7476/9788575415214). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/vmnhq/epub/monteiro-9788575415214.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Procedimentos e Recursos Metodológicos

Descreve-se, aqui, a metodologia adotada no estudo e apresentam-se informações da população estudada a partir dos seguintes tópicos: especificidade da perspectiva etnográfica na compreensão do comportamento e dos fatos sociais, em especial no campo da sexualidade; descrição das estratégias de investigação; contextualização do trabalho de campo na comunidade de Vigário Geral; processo de interpretação do conteúdo dos dados colhidos; caracterização do perfil do universo pesquisado em termos da configuração do grupo doméstico e da trajetória escolar.

Enfoque etnográfico: (re)conhecendo o outro

Estratégias de investigação são geralmente definidas considerando-se as singularidades da apreensão de práticas e os fatos sociais. Para Becker (1994), a solução para o problema da legitimidade científica no campo das pesquisas sociológicas não está na adoção de modelos matemáticos universalizantes e sim na criação de estratégias alternativas, tendo em vista as especificidades do objeto em estudo. Mediante a descrição de recursos metodológicos qualitativos, o autor destaca as contribuições desse olhar na compreensão de aspectos da vida social, bem como a importância da inter-relação das evidências colhidas em diferentes situações.

Dentro dessa perspectiva, Minayo (1993) discute a aplicação de metodologias qualitativas no campo da saúde. Informada por uma análise crítica do positivismo sociológico, da sociologia compreensiva e da dialética marxista, a autora afirma que o objeto da sociologia é "complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação" (Minayo, 1993:22).

A utilização de métodos de pesquisa qualitativos (observação participante, entrevista aberta, contato direto com o grupo em estudo), visando a captar o ponto de vista do outro ‘nos seus próprios termos’, adquire contornos específicos de acordo com uma série de fatores: maior ou menor distância social e psicológica da população/objeto investigado; grau de envolvimento, contato e interação entre pesquisador e grupo pesquisado; particularidades do tema em questão em termos de acesso, possibilidade de observação e diálogo. As etnografias em sociedades “exóticas” (Malinowsky, 1990; Seeger, 1980; Berreman, 1990) esclarecem em que medida tais fatores influenciam e definem a construção e desenvolvimento da pesquisa.

Em termos de estudos em sociedades complexas e familiares ao pesquisador, Velho (1987) afirma que o familiar não é necessariamente conhecido; as cenas do cotidiano a que o pesquisador está afeito escondem as particularidades dos cenários sociais que as compõem. O argumento do antropólogo brasileiro apóia-se no pressuposto de que temos um mapa de orientações para interpretar o cotidiano resultante de nossa posição na hierarquia social. Quando nos dispomos a pesquisar determinado objeto, coloca-se em pauta a avaliação e a redefinição do olhar marcado por esses valores iniciais. Nessa análise, é preciso levar em conta a multiplicidade de visões de mundo que coexistem em uma metrópole.

Zaluar (1994) analisa dilemas do relativismo cultural, chamando atenção para as implicações éticas da posição do antropólogo e para os aspectos intersubjetivos (ambigüidades e tensões) presentes no interior das culturas. Já Scheper-Hughes (1993), responsável por uma etnografia sobre amor materno e mortalidade infantil em uma região do Nordeste do Brasil, salienta o compromisso social do antropólogo com os temas que constituem objeto de estudo.

O processo de (re)conhecimento do outro não é indiferente, espelha, reflete e retorna sobre si mesmo. Um dos aspectos da dimensão subjetiva do processo de interação entre o pesquisador e o seu objeto de estudo encontra-se na observação de Nordstrom & Robben (1995) acerca de etnografias de guerra, estupro e terrorismo. Tal ponto de vista ilustra as singularidades do fazer antropológico, impostas pelo tema da investigação, tendo sido um referencial interessante para pensar as situações de violência do cotidiano nos centros urbanos, como o tráfico de drogas na favela de Vigário Geral.

Em síntese, os estudos etnográficos têm evidenciado a peculiaridade do lugar do antropólogo na busca da compreensão dos fatos sociais e de seus significados. O diálogo teórico ilumina e é iluminado pelo trabalho de campo. Ao valorizar o caráter subjetivo e interpretativo

de aspectos da vida social, é fomentado um questionamento dos postulados positivistas de objetividade e neutralidade. A tensão entre visões universalistas e relativizadoras dos acontecimentos sociais constitui uma das riquezas e um dos desafios do fazer antropológico.

Cabe trazer as contribuições da perspectiva antropológica para a prevenção do HIV/Aids. Um dos aspectos ressaltados pela produção acadêmica específica é a questão da busca do significado num campo onde se supõe haver um sentido universal para atividades como o sexo. São ressaltados os limites dos *surveys*, quantitativos para o entendimento da dinâmica da sexualidade (Newman, Zierler & Cheung, 1991), e os problemas das generalizações e da falta de objetividade terminológica nos questionários sobre essa temática (Lhomond, 1996). Indica-se a necessidade do investimento em pesquisas capazes de abordar a dimensão sociocultural das representações e das práticas sexuais.

Parker et al. (1995) descrevem métodos qualitativos capazes de fornecer subsídios para a compreensão da ‘cultura sexual’– definida como “sistemas de significado, de conhecimento, de crenças e práticas que estruturam a sexualidade nos diferentes contextos sociais” (1995:20) – e suas associações com outros sistemas socioculturais (religião, economia, política etc.).

Esse gênero de investigação visa a demonstrar as particularidades das práticas e repertórios sexuais dos diferentes grupos sociais e as eventuais contradições entre as manifestações sexuais no âmbito público e privado, entre o discurso e a prática, entre normas e ação. Em suma, a metodologia qualitativa pode oferecer um instrumental muito relevante para a formulação de políticas de prevenção do HIV/Aids.

A literatura qualificada como construtivista, que norteia as pesquisas qualitativas sobre atividade sexual, é muito variada (Vance, 1991). Ainda que haja elementos comuns entre tais teorias, em termos das críticas à visão essencialista da sexualidade e à valorização do significado social e subjetivo do ato sexual, existem diferenças importantes. Enquanto a perspectiva mais radical nega a existência de um impulso (desejo) sexual essencial, a abordagem da influência cultural reconhece a universalidade e a determinação biológica do impulso sexual (*sex drive*).

Para a autora, o surgimento do fenômeno da Aids evidenciou a carência de estudos sobre práticas sexuais e estimulou uma reedição da abordagem interventiva e biomédica da sexualidade por meio da associação entre sexo e doença. Na sua visão, o campo da antropologia também foi influenciado pela abordagem biomédica, havendo um fomento de pesquisas predominantemente identificadas com o modelo da influência cultural.

A discrepância e as contradições entre os discursos da sexualidade e as experiências vividas – observadas no sistema de classificação, de identidades, na relação entre comportamento e autodefinição, no significado e estabilidade da preferência sexual – revelaram a utilidade das teorias da construção social. O crescimento de tal paradigma tem permitido a identificação de discursos e práticas sexuais diferenciados do discurso de setores dominantes, incrementando o desenvolvimento das pesquisas antropológicas no campo da sexualidade.

A investigação

No presente estudo, buscou-se desenvolver uma abordagem o mais próximo da orientação antropológica relativa ao trabalho de campo. Pondera-se, todavia, que em função dos riscos decorrentes de conflitos armados entre policiais e traficantes, na favela, e dos limites relacionados à disponibilidade pessoal, à metodologia utilizada nesta investigação – embora incorpore elementos da abordagem antropológica – o trabalho não se identifica com um estudo clássico de etnografia. Este demandaria um contato mais intenso com a localidade.

Estratégias

Foram privilegiadas entrevistas individuais aprofundadas, ao estilo história de vida, centradas nos temas da proteção, gênero, sexualidade e Aids, somadas a reuniões em grupo (uma só com moças, outra só com rapazes¹⁶ e uma com ambos os sexos), nas quais foram debatidas questões sobre iniciação sexual e amorosa e relações de gênero. Para complementar as informações colhidas e obter um acervo mais variado das formas de interação e de interpretação dos acontecimentos da vida cotidiana do grupo pesquisado (Becker, 1994), foram realizadas observações do contexto de sociabilidade por meio de visitas à comunidade e manutenção de diário de campo.

Com relação aos procedimentos adotados, destaque-se que a entrevista permite a apreensão de aspectos subjetivos, como valores e opiniões, revelando a relação da estrutura social e política e os modelos culturais interiorizados. A interpretação dos sentidos da fala deve considerar o contexto da entrevista e a posição social, ou melhor, o *habitus* do entrevistador e do entrevistado.

¹⁶ O grupo de homens foi conduzido por Renato Quemmel, na época bolsista de aperfeiçoamento do Leas, Biologia/IOC-Fiocruz.

Cabe, pois, descrever o cenário e os atores envolvidos, chamando atenção para algumas peculiaridades que imprimem uma especificidade nos dados colhidos. Uma delas refere-se à dificuldade de se abordar assuntos relacionados a atividades ilícitas, como o comércio ilegal de drogas, em que as questões do sigilo e da confiança são essenciais para o seu funcionamento (Zaluar, 1985). Temas do âmbito privado, como atividade sexual, também são delicados. Segundo Duarte (1987), a sexualidade não é um domínio sobre o qual as pessoas discursam; particularmente, nas camadas populares, esse tema se organiza com referência a uma moralidade de gênero.

A outra questão diz respeito ao distanciamento entre a condição da entrevistadora (mulher, adulta, de classe média, branca, sem vínculo com a comunidade) e do grupo em estudo (jovens de segmentos populares, de ambos os sexos). Com o objetivo de promover um clima de confiança capaz de favorecer o diálogo e a expressão da cultura local, todos os contatos com os(as) jovens entrevistados(as) foram mediados por pessoas da comunidade e realizados na própria favela em locais escolhidos por eles(as).

A participação de um homem na entrevista coletiva com jovens do sexo masculino teve por objetivo introduzir a questão do gênero no processo da coleta de dados, haja vista que todas as entrevistas individuais foram realizadas pela autora. A constatação posterior de que algumas informações relativas à prática sexual só foram mencionadas nas reuniões de grupo sugere que a diferença de gênero e do contexto (individual ou em grupo) pode interferir no conteúdo dos depoimentos.

A comunidade

A favela denominada Parque Proletário de Vigário Geral, situada ao norte do município do Rio de Janeiro no bairro de mesmo nome, é plana e apresenta uma população de cerca de 6.500 habitantes. Construída em área de mangue há cerca de 50 anos, foi ampliada por meio do aterramento realizado pelos moradores.

A maioria das casas é de alvenaria e de pequeno porte, mas existem barracos de madeira nas margens do poluído valão do rio Meriti, revelando as precárias condições de salubridade. O rio atravessa regiões bastante povoadas e com muitas indústrias, recebendo esgoto, lixo e restos da indústria. Na altura da favela de Vigário Geral, o rio é muito poluído, praticamente sem vida (Iser, 1994).¹⁷

¹⁷ O Instituto de Estudos da Religião (Iser) é uma organização não-governamental voltada para pesquisa e ação social nas áreas de cultura, religião e desenvolvimento humano, social e ambiental.

A coleta de lixo foi conquistada apenas em 1994, mas a área que não é beneficiada pelo recolhimento, justamente a da população mais empobrecida que mora às margens do rio Meriti, ainda joga o lixo no valão. O abastecimento de água também é inadequado, mas as obras do projeto Profase/Prosanear da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae), voltadas para a ampliação da rede de esgoto, estão em curso.

O estudo do Iser revela que a maioria dos nomes das 53 ruas largas foi escolhida pelos moradores em homenagem a pessoas ou lugares queridos. Para os moradores mais antigos,

É importante deixar nossa história escrita, marcada com tinta, para que os mais jovens possam saber de quem eles descendem. Para que todos saibam que havia força suficiente para construir uma comunidade, lutando sem violência e dentro da lei.

No que se refere à distribuição da população, os dados do IBGE de 1991 indicam que a maioria está na faixa de 0 a 54 anos, apenas 10% têm mais de 55 anos. A diferença de proporção entre os sexos é mais significativa na faixa de 15 a 19 anos; constatou-se que há 12,5% mais mulheres do que homens, sendo que no bairro de Vigário Geral, que fica nas imediações da favela, essa diferença é de apenas 4,2%. A presença cada vez maior de jovens do sexo masculino no comércio ilegal de drogas pode ser um indicador da disparidade da razão de sexo nessa faixa etária, pois a maior parte deles morre precocemente. Na faixa de 20-24 anos existem mais homens que mulheres na favela.

Considerando os moradores com mais de cinco anos, 77% são alfabetizados, sendo que na faixa de 10-24 anos o percentual chega a 94%. Existem o Ciep Mestre Cartola e três escolas próximas da prefeitura, que atendem de 5ª a 8ª série: Cardeal Câmara, República do Líbano e Jorge Gouveia. Os colégios de ensino médio e os cursos técnicos ficam mais distantes.

No campo profissional, o relatório do Iser constatou que a maioria das mulheres é dona de casa e os empregos mais freqüentes são de diarista e doméstica, seguido de funções na indústria. As demais trabalham como costureira, copeira, servente, parteira, enfermeira, curandeira e 'explicadora' (professora particular). Entre os homens, há uma maior variedade de trabalho relacionada às obras de construção, transporte e indústria. Foi citado o preconceito de empregadores em relação aos moradores de favela. O contingente que trabalha no comércio não foi significativo.

É interessante acrescentar que a localização da favela não favorece uma convivência com a população do 'asfalto', mais comum nas favelas

da zona Sul da cidade, nas quais a proximidade entre grupos de alto e baixo poder aquisitivo permite um contato mais freqüente com indivíduos de outras inserções sociais.

A ocupação da polícia diminuiu a circulação de pessoas ‘de fora’ que vinham comprar ou consumir drogas e utilizavam o comércio local. Todavia, as repercussões da chacina de Vigário Geral e o surgimento de organizações comunitárias contribuíram para a presença de jornalistas, estrangeiros e pesquisadores na favela.

Os próprios moradores reconhecem que a chacina trouxe visibilidade para o local, chamando atenção para a realidade da favela e gerando alternativas: “[há] males [que] vêm para o bem, se não tivesse morrido, não ia ter Casa da Paz, eu acho que [nem] Médicos sem Fronteiras, não tinha criança estudando” (Maria, 15 anos).¹⁸

Aproximação e interação

Em outubro de 1996, entrei em contato com João Duarte – então secretário executivo de uma organização comunitária de Vigário Geral: a Casa da Paz – levando uma carta de recomendação do sociólogo e líder comunitário Caio Ferraz. Caio foi um dos principais responsáveis pela criação e implementação da Casa da Paz. Em maio de 1996, tive a oportunidade de entrevistá-lo em Boston (USA), onde ele estava morando com a família desde o final de 1995, após sofrer ameaças de morte, devido às denúncias de violência policial na comunidade. Ele foi muito receptivo e forneceu ricas informações sobre sua trajetória de vida e as características da vida na favela.

Após alguns encontros com João Duarte, foi proposto um convênio de cooperação técnica entre a Casa da Paz e a Fundação Oswaldo Cruz, assinado em janeiro de 1997. No convênio, foram previstos o desenvolvimento desta pesquisa, realizada ao longo de 1997, e a formação de recursos humanos da organização comunitária local, bem como o fomento de parcerias institucionais. Os Médicos sem Fronteiras, na época responsáveis pelo gerenciamento do ambulatório médico de atenção primária,¹⁹ e o grupo cultural Afro Reggae também foram contatados.

¹⁸ Os nomes dos(as) entrevistados(as) são fictícios.

¹⁹ A organização distribuía camisinhas para pessoas cadastradas, realizava oficinas de prevenção, atendimento, diagnóstico e tratamento de DSTs, além de encaminhar para testagem do HIV. Segundo informação colhida, apenas quatro moradores buscaram orientação quanto a viver com Aids. Na faixa de 18 a 60 anos, 70% dos atendidos eram mulheres, com grande incidência de DSTs. Conforme previsto, durante o ano de 1998, o posto foi assumido pela prefeitura e é administrado pelo Movimento Organizado de Gestão Comunitária (Mogec), uma organização comunitária local que realiza atividades no campo da saúde e da educação.

Por intermédio dessa iniciativa, procurei oferecer uma contrapartida para a comunidade, que fosse além do acesso aos dados da pesquisa, e criar uma oportunidade para conversar sobre as expectativas, avaliações e barganhas geradas durante o trabalho de campo. Assim, repassei materiais e sugestões de programas de prevenção do HIV/Aids e sugeri a colaboração de outras unidades da Fiocruz na área da educação em saúde, por intermédio das agentes comunitárias do Centro de Saúde Germano Sinval Faria da Ensp. Além de estimular parcerias institucionais locais, realizei atividades visando à realização de um projeto na comunidade sobre HIV/Aids. Mesmo havendo interesse por parte de profissionais da Casa da Paz, a organização não priorizou a estruturação de uma ação nessa área, mas foi muito cooperativa durante todo o trabalho de campo da pesquisa, facilitando o acesso aos entrevistados.

Nesse período, alguns moradores e profissionais da Casa da Paz mediarão meu acesso a diferentes regiões e contextos da favela (casa dos moradores, organizações comunitárias, festa junina, chá de bebê). Ademais, forneceram informações sobre a vida cotidiana na comunidade e ajudaram nos contatos iniciais com os jovens entrevistados. Prevaleceu um sentido de cooperação, simpatia, receptividade e segurança.

Em momento algum me senti ameaçada ou em perigo. Desde a ocupação da polícia civil na favela, em outubro de 1996, os tiroteios foram interrompidos. O incômodo ficava por conta do calor excessivo, pois praticamente não há vegetação na favela, e do alto volume dos rádios que tocavam pagode.

Quando caminhava sozinha (andava sempre a pé, o carro ficava do outro lado da passarela que dá acesso à favela), tinha a impressão – principalmente pelos olhares que ora indicavam reciprocidade pelo sorriso discreto, ora indiferença – de ser percebida como uma pessoa ‘de fora’, mas não ameaçadora. Por vezes, fui identificada como professora – possivelmente por frequentar a Casa da Paz e/ou por “estar fazendo um estudo” – ou jornalista.

A maioria dos jovens aceitou participar por curiosidade e/ou para atender o pedido de um amigo, parente ou conhecido. Não consegui entrevistar os(as) namorados(as) dos que já haviam sido entrevistados. Eles(as) alegavam que tinham esquecido de avisar que a pessoa não queria ou não podia. Essas escusas sugerem algum constrangimento das temáticas abordadas, ou, talvez, receio da verificação das informações colhidas.

Após as primeiras entrevistas, foram necessárias algumas adequações no roteiro. Além de reformular perguntas indutivas, alguns temas foram reordenados, priorizando inicialmente o cotidiano e a

história de vida, depois questões de proteção e, por fim, gênero, sexualidade e Aids. Ao focalizar primeiro a realidade do entrevistado e depois temas mais específicos, procurei minimizar a associação imediata sugerida pelo convite: 'participar de uma pesquisa sobre saúde'. O tema da Aids, objeto do estudo, só aparece no final da entrevista. Temáticas acerca do significado de proteção, ameaça, vida na comunidade e destino foram incrementadas, e perguntas sobre o tráfico de drogas, violência doméstica e preconceito, incluídas.

Definindo a população

Foram entrevistados 32 jovens, 18 moças e 14 rapazes. Inicialmente, a seleção dos mesmos foi orientada pelas indicações de moradores e profissionais da Casa da Paz. Além do gênero e da faixa etária, os(as) informantes levaram em conta critérios de classificação relacionados à trajetória de vida dos jovens que visavam a contemplar diferentes 'tipos' da comunidade.

Convém esclarecer que tais critérios tinham como base a percepção do informante e estavam de acordo com as seguintes categorias: estudante, trabalhador, "direito(a)", "de boa família" e "bem comportado(a)", em oposição ao envolvido(a) no tráfico, de família desestruturada, "perdido(a)" ou "vadia".

Uma moradora falou: "Vou te indicar umas meninas, aquelas vadias de lá, garanto que não estão nem aí pra doenças venéreas". Tais oposições serão analisadas no processo de interpretação dos dados. Para alguns informantes, a entrevista era entendida como uma oportunidade de aprendizagem de "coisas sobre saúde e Aids" e como uma forma de colaboração com uma pessoa 'de fora' que, eventualmente, poderia dar algum retorno para a comunidade e/ou para eles.

Com a intenção de ampliar as redes de sociabilidade e neutralizar os mediadores, procurei incorporar sugestões de amigos(as), parentes e conhecidos daqueles que já haviam participado das primeiras entrevistas. Houve a preocupação em abranger diferentes regiões da favela (as mais nobres e as mais pobres) e em identificar jovens com e sem vínculo nas instituições comunitárias locais.

Resumindo: na definição da população, foram privilegiados a faixa etária (13 a 19 anos), o gênero (ambos os sexos) e o local de moradia (diferentes regiões da favela de Vigário Geral). Levou-se também em conta a rede de sociabilidade dos entrevistados, a participação nas organizações comunitárias locais e a convivência com o tráfico de drogas e estigmas sociais como pobreza e marginalidade.

O local da entrevista era definido pelo(a) entrevistado(a). A única solicitação era a escolha de um espaço onde houvesse certa privacidade e silêncio. Com a autorização dos jovens e o compromisso do sigilo, a conversa era gravada. O encontro foi privado (ocorreram algumas interrupções, em geral de irmãos mais novos, facilmente contornadas) e teve uma duração média de uma hora, sendo complementado com conversa informal e observações do campo.

Além do local de moradia, fiz entrevistas dentro de carro, nas organizações comunitárias, no quarto de casal da vizinha, em casa de amigos ou parentes, no fundo do quintal e até em um aposento com uma jovem dormindo. A entrevistada argumentou, “não tem problema, ela tá virada”. Ao final de nossa conversa, ela aumentou o volume do rádio, que havia sido diminuído no início da entrevista, e saiu. A moça continuou a dormir.

Os lugares das entrevistas revelam a barreira difusa do espaço privado. A pequena área física – o rádio alto, o grande número de pessoas, a substituição de paredes por lençóis – e as funções variadas dos cômodos (quarto de dormir e sala) indicam que as condições de vida e a noção de privacidade nessa realidade diferem da situação e da visão moderna de valorização da individualização dos espaços.

As três reuniões em grupo foram feitas na Casa da Paz, com jovens que participavam de atividades da organização e que não tinham sido entrevistados. Com duração média de duas horas, esses encontros não foram gravados, e as conversas foram anotadas.

Procedimento analítico

Com base nas discussões de estudos sobre métodos qualitativos e alternativas de interpretação de dados nesse campo,²⁰ conclui-se que o referencial teórico da pesquisa norteia a escolha da metodologia e o instrumental para a análise dos dados. Não há regras ou fórmulas para delimitar as estratégias de investigação, ordenar, estruturar e interpretar as informações colhidas, mas sim, orientações para serem adaptadas às especificidades de cada estudo. Sugestões da literatura, combinadas com a fundamentação teórica orientadora das hipóteses do trabalho, definem a perspectiva analítica singular da pesquisa. A interpretação dos dados desse estudo foi inspirada na análise do conteúdo – definida por Blanchet & Gotman (1992) –

²⁰ Ver Patton (1990), Blanchet & Gotman (1992), Minayo (1993), Becker (1994) e Marshall & Rossman (1995).

como um subcomponente da análise do discurso, cujo objetivo é a identificação dos sistemas de representação expressos pelo discurso.

De forma resumida, o processo de ordenação do conteúdo das entrevistas e das anotações do campo foi estruturado em fases, não necessariamente lineares, compostas pelas seguintes ações: transcrição literal das gravações; leituras recorrentes das entrevistas e das observações do caderno de campo; criação de quadros com o conteúdo resumido dos discursos; estabelecimento de grades de leitura com vistas às relações de oposição; revisão da literatura existente e interlocução com outros profissionais.

Ao fornecer um sumário das entrevistas, os quadros funcionaram como um mapa orientador das freqüentes (re)leituras das falas, facilitando a identificação de recorrências e singularidades dos assuntos abordados, assim como comparações por oposição entre a trajetória dos gêneros, as biografias individuais e os assuntos em foco. A ordenação das falas e observações colhidas foi adquirindo formatos e sentidos a partir da sua confrontação com as hipóteses do estudo e com as reflexões apresentadas na produção acadêmica. A conjugação de tais elementos permitiu reforçar e/ou contrapor argumentos já elaborados e construir novas interpretações apresentadas ao longo do trabalho, objetivando a identificação da visão de mundo e das práticas do grupo pesquisado.

Universo do estudo

Dos 32 entrevistados, dezoito são mulheres (a maioria entre 14 e 18 anos) e quatorze são homens (prevalece a faixa de 15 a 19 anos). Criados na própria favela ou em outros subúrbios cariocas, com origem familiar no Rio de Janeiro, na região Norte ou Nordeste do país, esses jovens são filhos de donas de casa ou de prestadoras de serviços domésticos. Os pais trabalham na construção civil, transporte de cargas, segurança, manutenção, ou ainda como açougueiro, mecânico, metalúrgico e gráfico; alguns já se aposentaram. Com remuneração baixa, tais atividades indicam pouca escolarização e falta de perspectivas de mudança no padrão de vida. No caso das mulheres, é marcante a presença do emprego doméstico, mesmo aquelas que trabalham fora exercem funções relacionadas ao mundo da casa, como faxineira, copeira ou passadeira.

Grupo doméstico

Em termos gerais, o tamanho da família é relativamente grande, em torno de cinco a seis filhos. Há variações das combinações do núcleo

familiar: pai (ou padrasto), mãe e filhos(as) ou apenas mãe e filhos(as); há situações nas quais a avó, sobrinho(as), tios(as) e cunhados(as) são agregados a este núcleo.

Entre as moças que já experimentaram vida conjugal, três vivem na própria casa com o marido e uma divide o lar com os demais membros da família. A outra voltou para a casa da mãe após se separar do marido. Há duas grávidas que não moram com os pais da criança: uma delas planeja morar junto com o pai do bebê, mas está esperando “um pouco”, por enquanto eles estão juntando “algumas coisas”; a outra não quer viver junto com o namorado para não perder o quarto, próximo à casa do seu pai, onde ela mora sozinha: “Se eu for morar com ele [namorado], e a gente continuar brigando, aí a gente tem que se separar, aí eu saio desta casa e meu pai depois não vai querer me devolver (...) por isso eu não quero morar com ele” (Júlia, 15 anos).

O convívio com os parentes vai além da divisão da mesma moradia, pois é comum encontrar familiares morando no mesmo terreno ou em casas vizinhas. Por meio de um mutirão com os moradores, “sobe-se uma laje” ou “constrói-se um quartinho ao lado” para abrigar os novos parentes.

Com exceção da presença ostensiva do policiamento, a vizinhança congregando parentes, a fileira de casas pintadas de verde claro no terreno plano,²¹ as ruas estreitas de terra batida, os bares, mercadinhos, salões de beleza e farmácias sugerem um cenário mais próximo a uma pequena cidade do interior. Essa visão se opõe à imagem que prevalece dos centros urbanos, com grupos familiares mais dispersos e autônomos e de relações entre vizinhos mais raras.

Há diferenças no padrão de vida do grupo de moradores pesquisado, indicadas pelas variações das condições de moradia, expressas pela maior ou menor proximidade do poluído valão do rio Meriti; estrutura da casa (alvenaria ou madeira, com ou sem piso e acabamento); existência ou não de eletrodomésticos (televisão, vídeo, microondas, som); relação entre tamanho da casa, número de moradores e funções dos cômodos. A definição e a delimitação de um local privado para a realização das entrevistas, descritas anteriormente, ilustra esse contexto.

Para a maioria dos(as) entrevistados(as), a relação com os pais, particularmente com a mãe, é amigável e fornece um apoio importante: “é bastante tranquila, eles apóiam em muitas coisas” (Rodrigo, 18 anos). No entanto, existem brigas, diferenças e problemas: “meu pai, eu tenho guerra com ele, meu pai é igual a água e eu sou o azeite que nem um imã,

²¹ Segundo informação colhida, essa homogeneidade de cor é para confundir as buscas policiais.

que se quebra e não volta pro lugar” (Pedro, 18 anos). Os problemas em relação ao pai são exagero na bebida, “ignorância” ou pouca compreensão e diálogo. Apenas entre as meninas (5 dentre as 18), houve casos de desconhecimento ou um contato raro com a figura paterna. A maioria das mães se casou de novo, apenas duas estão solteiras e sustentam a casa.

A despeito de haver reclamações em relação às agressões e abandono da mãe e de sua tolerância com os novos parceiros que batiam, não trabalhavam ou molestavam as filhas, a ausência e/ou queixas do pai são mais significativas: “minha mãe, a gente se vê de vez em quando, ela também me largou eu tinha 6 anos, aí eu não considero ela como mãe não” (Verônica, 14 anos). As restrições à mãe – referentes à censura excessiva e desconfiança – são em menor proporção e foram mais frequentes entre as meninas. O papel central da mãe no cuidado e na educação dos filhos foi descrito por um líder comunitário:

Minha mãe sempre teve uma presença muito forte. Esse fato do meu pai jogar o prato no chão, pra mim, a minha mãe é uma deusa em pessoa. Ela construiu essa referência nela e essa paciência dela, essa coisa bonita dela de não querer sacrificar a maioria das pessoas. Ela sabia, ruim com meu pai, mas pior seria sem ele. E era mesmo pior sem ele. Pô, meu pai trabalhava muito, tinha a questão do vício (...) gastava muito dinheiro com esse negócio de cerveja, cigarro, pagava muito pros outros. Ele era muito porra louca com isso, mas ela sabia que pelo menos ela tinha alimentação, ele trabalhava, ajudava a ela quando era necessário e tal. Quer dizer, fora da cerveja, era uma pessoa muito legal. Hoje ele não bebe, é uma pessoa superelegre.

O papel da mulher na favela é de ser serviçal, mas é matriarcal, pois a influência da educação e da moral é da mãe, mesmo que o pai more com a família.

A importância da mãe como núcleo de orientação de valores morais fica evidente nas respostas sobre as pessoas de confiança, capazes de influenciar o comportamento e ajudar nas situações de dúvida. Tal perspectiva tem sido assinalada em vários estudos antropológicos voltados para segmentos populares.²² O conteúdo do cartaz da festa do chá de bebê de uma moradora a que compareci ilustra esse ponto de vista: “A mão que balança o berço é a mão que rege o mundo”. O papel crucial da família na construção da identidade social e na elaboração do projeto de vida das pessoas tem sido apontado na literatura, mesmo entre segmentos médios permeados pelo *ethos* moderno individualista (Salem, 1985; Velho, 1987).

²² Ver Salem (1981), Duarte (1988), Guimarães (1996), Sarti (1996), Gouveia (1997) e Heilborn (1997).

A presença, apenas no relato dos homens, da noção de autonomia (contar consigo próprio) nas situações-problema ou de desamparo indica a expectativa social em relação à independência masculina: “ninguém me ajuda não, eu mesmo decido o que devo fazer” (David, 16 anos).

A predominância da assimetria do gênero nas representações e práticas do grupo foi observada ao longo dos relatos. Cabe à figura masculina o papel de provedor e de elo de ligação com o mundo público; a figura feminina (mãe) representa a força moral e a referência do mundo privado (a casa). Nessa atualização da divisão tradicional, embora a subsistência familiar seja atribuída ao homem, a noção de esteio está vinculada, principalmente, à mãe.

A associação entre o sentido de proteção e o universo da casa se articula à dimensão relacional da sociedade brasileira, orientadora da visão de mundo e da ética das pessoas (DaMatta, 1991). A dinâmica de interação entre as categorias sociológicas da ‘casa’, da ‘rua’ e do ‘outro mundo’ e suas implicações para a construção do significado de proteção no universo pesquisado será retomada no capítulo 5. No momento, convém assinalar que, a partir do depoimento dos(as) jovens, foi observado que a lógica da proteção está orientada pelo significado social do mundo privado (casa, mãe, família, vizinhança) e da força divina.

Escolaridade

Ainda que todos tenham entrado no ensino formal por volta dos seis anos, apenas a metade, 15 entre os 32 entrevistados, mantinha-se na escola. Conforme demonstram os dados sobre o sistema público brasileiro, o aumento crescente da frequência das crianças à escola não significa a diminuição da evasão escolar.

As trajetórias escolares também revelaram uma maior permanência das meninas no sistema de ensino (onze moças e quatro rapazes), refletindo os indicadores educacionais de um melhor desempenho escolar feminino. Zaluar & Leal (1997) argumentam que, embora as meninas tenham melhor desempenho escolar, a profissionalização e as alternativas do mercado de trabalho são comparativamente menores do que a dos homens, quando não se leva em consideração o emprego doméstico feminino. As autoras afirmam que:

não é tanto a aquisição do saber escolar como capital simbólico (...) que está limitado ou restringido para as meninas, mas muito mais a formulação de projetos e as perspectivas reais de profissionalização e o contexto de violência física decorrente do tráfico de drogas que acaba interferindo no cotidiano escolar. (Zaluar & Leal, 1997:165)

O pior desempenho escolar dos meninos e a importância adquirida pela rua e pelos colegas podem ser explicados pela dificuldade da escola em oferecer modelos masculinos positivos. Para as autoras, os projetos pedagógicos devem criar alternativas que minimizem a vulnerabilidade masculina e ampliem a realização profissional feminina, sem perder de vista que a mãe, como referência moral, é uma parceira muito importante no processo educativo de crianças pobres.

Madeira (1997), por sua vez, problematiza o melhor desempenho escolar feminino, assinalando que esse sucesso é relativo, pois se insere na problemática mais ampla referente ao fracasso do ensino público junto a ambos os sexos. A autora credita esses índices de insucesso ao caráter autoritário e homogeneizador do ensino, centrado em modelos de alunos idealizados. Segundo ela

não é só o trabalho que afasta a criança da escola, mas a escola, ao expulsar a criança, colabora decisivamente na trajetória de colocá-la seja no mercado de trabalho (sobretudo os meninos), seja no trabalho doméstico (as meninas). (Madeira, 1997:90)

A compreensão dessa problemática precisa levar em conta ainda as inter-relações dos roteiros de gênero e as diferenças de desempenho escolar entre rapazes e moças. O ambiente escolar pode ser um espaço de interesse, principalmente para as meninas, devido à maior liberdade social dos homens. Nas palavras de Madeira, (1997:66): “a escola era vivida pelas adolescentes dos setores populares como respiradouro, um lugar de trocas sociais, um espaço de convívio entre pares”. Quer dizer, para as meninas a escola pode representar um espaço mais estimulante pela possibilidade de ampliar o contato e a convivência para além do mundo privado.

Outro ponto salientado pela autora diz respeito ao problema de se associar a evasão escolar apenas à pobreza e ao trabalho infanto-juvenil. A literatura demonstra que, entre crianças de camadas populares, o trabalho não é contraposto ao estudo, relacionando-se à socialização e à “expectativa de reciprocidade e solidariedade na dinâmica familiar” (Madeira, 1997:103). No caso do adolescente, a motivação para o trabalho está associada às ofertas do mercado, ao sentido de liberdade, à autonomia e à mobilização para o ‘consumo de símbolos juvenis’. Justificar a incidência da evasão escolar entre camadas populares apenas pela necessidade de contribuir para a subsistência familiar é adotar uma visão reducionista.

Tal perspectiva vem ao encontro dos depoimentos dos(as) entrevistados(as). Todos foram unânimes em afirmar a importância dos estudos para aprender a ler e escrever, “ser alguém na vida”, ter um emprego mais qualificado e obter reconhecimento social:

no jornal (...) qualquer trabalho tem que ter o 2º grau completo.
(Lucas, 17 anos)

você pode até escolher a profissão que quer. (Mônica, 16 anos)

eu ganho muito, frente aos meus colegas que não estudaram, eles me respeitam pelas coisas que eu falo, porque eu tenho escolaridade. (Rodrigo, 18 anos)

Todavia, segundo os próprios jovens, as interrupções e o abandono do ensino formal ocorrem devido ao desestímulo (ausência de professores ou de vagas nos cursos noturnos). Entre os homens predominou o “desejo” ou “necessidade” de trabalhar (para ajudar em casa, se divertir e adquirir roupas e ‘tênis de marca’); entre as mulheres, prevaleceu a ocupação com tarefas domésticas, problemas familiares e gravidez.

Em suma, constata-se que a formação escolar nas camadas populares tem um valor de garantia da não exclusão social e de aumento das perspectivas de ascensão social. A importância do investimento na educação formal não é excludente do valor do trabalho para aquisição de bens de consumo e autonomia. Busca-se combinar a frequência à escola com uma atividade remunerada. Os cursos noturnos facilitam essa conjugação. Todavia, o cansaço e o desestímulo com o sistema de ensino levam à definição de escolha. Entre os rapazes, prevalece a opção por uma função capaz de gerar recursos financeiros. No caso das meninas solteiras, foi observado que a maioria tende a compatibilizar o estudo com as tarefas domésticas, entretanto, aquelas com vida conjugal não se mantiveram na escola.

É interessante registrar um ponto de vista complementar em que o valor social do ensino formal em termos de aprendizagem, acesso à informação e formação de valores é posto em questão. Segundo um jovem entrevistado, o investimento na escolarização não garante necessariamente a ascensão social. Sua biografia espelha a coerência do seu raciocínio. Mesmo tendo parado de estudar na 5ª série, o conhecimento adquirido no campo da leitura, da escrita e da matemática foi suficiente para ele obter uma renda expressiva por meio de atividades do tráfico ilegal de drogas. Sua condição ‘privilegiada’ opõe-se à realidade daqueles assalariados que completaram o ensino médio e exercem funções que, na concepção dele, não deveriam exigir esse grau de escolarização:

Cozinheiro tão pedindo 2º grau [ensino médio] (...). Ué, pra que precisa ter 2º grau? Não dá pra entender, nego com 2º grau varrendo rua e nego que nem tem a 7ª série tá com carro, (...) é gerente de supermercado. (Pedro, 18 anos)

Embora não seja possível generalizar essa visão, nota-se que as experiências do fracasso escolar, o estímulo para consumir bens de consumo, a dificuldade de ascensão social (atestada na trajetória de familiares e das pessoas da comunidade), o *status* e poder proporcionados pelo comércio ilegal permitem o entendimento dos motivos pelos quais o ensino formal é percebido, por alguns, apenas como um meio capaz de viabilizar o domínio básico da leitura, da escrita e da matemática. A aquisição deste saber elementar gera alternativas de remuneração fora do mercado de trabalho formal, em que as opções para jovens de setores populares são restritas e, em geral, não oferecem perspectivas de mudança de padrão de vida. Segundo um líder comunitário, os principais chefes do tráfico de Vigário, antes de entrarem para esta atividade, concluíram parte da educação formal e se inseriram no mercado de trabalho com carteira assinada e salário mínimo.

Ainda sobre as relações entre frequência à escola e comércio ilegal de drogas, é importante acrescentar as reflexões de Guimarães (1998). Segundo a autora, o tráfico impõe a sua lógica nas escolas situadas em locais estratégicos, visando ao controle da área e dos grupos sociais e, desta forma, provoca o rompimento das funções das instituições de ensino de transmissão de valores representativos da ordem legal e social e de acesso à 'cultura letrada'. Tal subordinação se dá dentro de um contexto de fragilidade do poder legal público, quando o poder paralelo torna-se a referência de autoridade, isto é, ocorre:

na malha frouxa da ação do Estado, não só no nível das políticas sociais diluídas no caldo de interesses particularistas, mas na incapacidade demonstrada por esse mesmo Estado de incorporar aos padrões da cidadania as diferentes regiões e os diferentes segmentos sociais. (Guimarães, 1998:221)

A percepção e a trajetória escolar do grupo pesquisado revelam que o fracasso escolar entre setores populares não pode ser reduzido aos 'problemas' individuais dos alunos. É preciso considerar as consequências das deficiências das políticas públicas no campo da educação e os aspectos relacionados aos valores culturais, como as diferenças assinaladas entre a experiência social feminina e masculina. Visando a avançar nessa ampla discussão, no próximo capítulo, será realizada uma análise cotejada das trajetórias de gênero dos jovens.